



LUANA PATRIOLINO (INTERINA, COM EDUARDA ESPOSITO)  
luanapatriolino.df@dabr.com.br

## Sem acordo

Tem gente insatisfeita com a decisão de costurar um acordo entre o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes sobre o projeto de lei da anistia. O líder do PL na Casa, Sóstenes Cavalcante (RJ), principal partido interessado na proposta, não gostou nada da inclusão do Judiciário no debate. “Eu não sabia que o STF estava legislando. Alguém acha isso normal?”, reclamou o parlamentar à coluna.

## Discordância

O apoio das entidades ligadas ao setor de combustíveis ao decreto que fortalece o RenovaBio — com medidas para coibir fraudes — incomodou a Frente Parlamentar do Biodiesel (FPBio). O colegiado está descontente por não ter sido incluído no acesso da regulamentação da fiscalização pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). “Esse episódio evidencia o descolamento de certos segmentos do governo federal, em particular o Ministério da Fazenda, em relação à realidade do setor e ao combate às irregularidades que consomem o país”, alega Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da FPBio.

## Outro lado

A Bioenergia Brasil, o Instituto Combustível Legal (ICL), o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) destacaram que a nova legislação aumenta a segurança jurídica, valoriza os agentes que cumprem a lei e contribui para a eficiência e previsibilidade do mercado de biocombustíveis no país. Alceu Moreira afirmou que irá propor a inclusão da frente parlamentar por meio de um projeto de lei complementar.

# Polícia Federal x Abin

A crise entre a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) parece longe do fim. O órgão enviou ao Ministério Público Federal (MPF) um pedido de investigação sobre o vazamento de um servidor que prestou depoimento à PF no caso de uma suposta espionagem ilegal ao governo do Paraguai. Os funcionários afirmaram que o caso compromete a soberania nacional e coloca em risco a segurança do país. O Planalto está preocupado com o crescimento da rixa entre as instituições — que se tornou ainda mais evidente durante o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — e a existência de vários grupos dentro da polícia.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

## Para salvar Glauber

O PSol deve se reunir na próxima semana com líderes partidários e com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Paulo Azi (União-BA), para apresentar argumentos contra a cassação do deputado Glauber Braga (RJ). A sigla questiona o voto do relator no Conselho de Ética, Paulo Magalhães (PSD-BA), e pede que o processo retorne para discussão no colegiado.



## Preso, mas solto

Em prisão domiciliar, o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) poderá votar à distância em sessões semipresenciais da Câmara. O processo de cassação do político completou um ano em tramitação na Casa, ainda sem conclusão. Preso desde março de 2024, acusado de ser mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco, ele continua com mandato ativo, recebendo salário de parlamentar, apenas com descontos por causa das suas ausências no plenário.

## Defesa das crianças

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) deve se encontrar com representantes do Kwai e Tik Tok para falar de casos semelhantes à tragédia da menina Sarah, de 8 anos, que morreu após inalar um desodorante aerossol por causa de um desafio na internet. “Essa é uma luta que eu já venho travando há anos contra as redes sociais, as plataformas, chamando eles para conversar”, disse a parlamentar à coluna.

## Ensaio para 2026

Quem não deu uma confirmação de que irá concorrer ao Planalto em 2026 é o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). Participando de um evento em Brasília, o político disse somente que deseja “cooperar com o Brasil”. Segundo ele, toda e qualquer discussão sobre apoio nas eleições presidenciais é “embrionária” e que depende dos partidos. Sobre uma possível candidatura ao Senado, afirma: “tudo é possível, mas não me sinto confortável no Legislativo”.

## Saúde mental

Brasília vai sediar, entre 22 e 24 de abril, o Advocacy Day, um evento inédito com foco em saúde mental e bem-estar. O Lions Clube, uma das maiores organizações de voluntariado do mundo, será responsável pela programação que inclui debates com especialistas, visitas aos parlamentares e sessões solenes no Congresso Nacional, além de palestras com a presença de autoridades, inclusive, a do vice-presidente Geraldo Alckmin.

## RELAÇÕES EXTERIORES

# Vieira: “Asilo é humanitário”

Chanceler afirma que Brasil agiu conforme a tradição latino-americana de acolhimento e nega irregularidade em uso de jato da FAB

» VANILSON OLIVEIRA

Diante das reações de parlamentares da oposição, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou, ontem, que está pronto para prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional sobre a concessão de asilo diplomático à ex-primeira-dama do Peru, Nadine Heredia Alarcón, e a seu filho adolescente, resgatados de Lima em uma operação que envolveu o uso de uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB). Segundo ele, a ação teve “caráter humanitário”.

Uma das principais polêmicas geradas com o pedido de asilo, foi o uso de uma aeronave oficial brasileira na operação. O chanceler justificou que a responsabilidade pelo transporte é do país que concede o asilo, mas que não havia voos comerciais disponíveis e que a situação exigia medidas especiais de segurança. “A questão de fornecer um meio de transporte é obrigação, é parte do Estado solicitante e as alternativas seriam transporte terrestre ou transporte marítimo, o que inviabilizaria pelas distâncias, pelas dificuldades”, disse em entrevista à CNN Brasil.

Segundo o Itamaraty, Nadine Heredia e o filho chegaram ao Brasil na manhã da última terça, após terem recebido, na véspera, asilo diplomático com base na Convenção de Caracas de 1954, da qual Brasil e Peru são signatários. O governo peruano, conforme exige o artigo XII da convenção, concedeu salvo-conduto para que os dois pudessem deixar o país.

Uma das principais polêmicas geradas com o pedido de asilo, foi o uso de uma aeronave oficial brasileira na operação. O chanceler justificou que a responsabilidade pelo transporte é do país que concede o asilo, mas que

não havia voos comerciais disponíveis e que a situação exigia medidas especiais de segurança. Ele declarou que está à disposição para prestar esclarecimentos sobre o uso da aeronave ou outros questionamentos.

“Estou, sempre estive e sempre estarei à disposição. Aliás, já estive pelo menos oito ou nove vezes nesses dois anos e poucos meses deste mandato do presidente Lula. Já estive no Congresso, tanto na Câmara como no Senado, para responder a questionamentos, a perguntas, para fazer exposições sobre política externa. Portanto, não deixarei, obviamente, como não seria o caso, de estar presente quando for convidado”, declarou o chanceler.

## Decisão humanitária

De acordo com Mauro Vieira, o pedido de asilo foi feito por Heredia diretamente na embaixada do Brasil em Lima. “A concessão do asilo diplomático foi concedida no dia 15 de abril, em vista do pedido que foi apresentado pela senhora Nadine Heredia, acompanhada de seu filho menor de 14 anos, que se dirigiram à Embaixada do Brasil e lá fizeram o pedido ao Embaixador”, relatou.

Vieira negou que haja risco de crise diplomática com o Peru, já que o salvo-conduto foi concedido de forma imediata. “Não soube de nenhuma reação da oposição peruana a respeito disso. Foi o governo que concordou imediatamente com a concessão dos salvos-condutos para a partida”, disse, frisando que o governo brasileiro garantiu apenas o transporte e o acolhimento inicial, conforme previsto na convenção internacional. “Ela se manterá no Brasil por meios próprios”, disse.

Evaristo Sá/AFP



Chanceler disse que está à disposição para prestar explicações sobre uso de avião da FAB



A questão de fornecer um meio de transporte é obrigação, é parte do Estado solicitante e as alternativas seriam transporte terrestre ou transporte marítimo, o que inviabilizaria pelas distâncias, pelas dificuldades”

Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores

# PL insiste em urgência para a anistia

» EDUARDA ESPOSITO  
» WAL LIMA

O líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), está confiante no projeto da anistia na pauta da próxima semana. Ao **Correio**, o parlamentar afirmou que a oposição está pronta para “reagir” caso o texto não entre em discussão na Casa.

Ele destacou que a reunião prevista entre o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a participação de líderes partidários, não

deve prejudicar a tramitação da proposta.

“Só irá cumprir a formalidade da reunião de líderes, haja vista que nós, os partidos do PL, Novo e partidos de centro temos a maioria das bancadas. Os líderes só vão referendar o que as suas bancadas assinaram o requerimento. Espero que seja só uma formalidade”, disse.

O PL é o principal partido interessado na aprovação da anistia no Congresso. Sóstenes não descarta uma reação da oposição em caso de atraso na tramitação da proposta. “Se eu vir qualquer tipo de tentativa para dificultar

que o projeto entre na pauta de 24 de abril, logicamente, nós vamos reagir energeticamente para que o projeto entre na pauta, porque as pessoas (presos do 8 de janeiro) não podem esperar mais tanto tempo assim”, disse.

O encontro de Lula com Motta pode contar também com a presença da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Nessa semana, após o presidente da Câmara propor um acordo com o deputado federal Glauber Braga (PSol-RJ), para estender o prazo de discussão sobre o processo de cassação do político por 60 dias, Sóstenes cobrou

igualdade nas redes sociais e disse esperar que projeto da anistia tenha o mesmo tratamento.

A pressão dos bolsonaristas para Motta pautar o projeto ganhou ainda mais força após o projeto ter sido protocolado na semana passada, contando com o apoio de 264 parlamentares que assinaram o documento. A quantidade de deputados favoráveis à matéria garante, de acordo com o Regimento Interno da Câmara, que possa tramitar em regime de urgência urgentíssimo e, caso aprovado, ser colocado diretamente no plenário da Casa, sem passar pelas comissões.